

A C T A Nº 8/2009

ABERTURA DA SESSÃO

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, sita na Praça da República, teve lugar a realização da Sessão Ordinária de Dezembro de 2009 da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do Edital Nº 8/2009, datado do dia 15 de Dezembro de 2009, enviado a todos os membros deste Órgão acompanhado do Ofício Nº 032/2009-AM, da mesma data e à qual compareceram os Eleitos, João José Esteves Santana, Teresa da Cruz Carrilho de Almeida, Francisco Macedo Toco, José Manuel Semedo Basso, Armando Maria Vieira Luís, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Maria Teresa Cristovam Botelho de Miranda, Marco Alexandre Dinis Carita Moura, José Pedro de Almeida Polido, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, Carlos José Serralha Temudo Ribeirinho, Jorge Manuel Barreiros da Graça, Joaquim Marques Rodrigues, Luís Serralha Cebolais, João Duarte Moisés (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), António Semedo da Cruz Belo (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boletão São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias) e José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão).

Não compareceram a esta Sessão, os Eleitos Adelino José Polido Temudo e José Júlio Frasco de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa), que comunicaram previamente e por escrito, através de e.mail de ofício, ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, este facto, pelos motivos pelos mesmos invocados e que são referidos no Ponto 11 da presente Acta.

E, como se encontravam em número legal para se constituir em reunião, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão Ordinária de Dezembro de 2009 da Assembleia Municipal de Nisa declarada aberta pelo Presidente da respectiva Mesa, João José Esteves Santana, quando eram dezasseis horas e vinte minutos.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão da Assembleia Municipal de Nisa, por parte do Executivo e conforme é determinado nos nºs 1 e 3 do Artº 48º da anteriormente citada Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e o Vereador em regime de permanência Manuel António Rosmaninho Bichardo, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão e, também, os Vereadores Maria Idalina Alves Trindade, Francisco Batista de Sena Cardoso e Fernanda Maria Bizarro Policarpo.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 8/2009, com data de 15 de Dezembro de 2009, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 032/2009-AM, da mesma data e também anteriormente mencionado, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a seguir se indica.

Ponto Nº 1 – Período de antes da Ordem do Dia.

Assuntos para conhecimento:

Foi posta à disponibilização dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, para que da mesma tomasse conhecimento, a seguinte documentação:

- Ofício Nº 168, datado de 22 de Dezembro de 2009, da Junta de Freguesia de Tolosa, a comunicar a ausência do respectivo presidente à Sessão de hoje da Assembleia Municipal de Nisa;

- E.mail com data de 28 de Dezembro de 2009, do Eleito Adelino Polido Temudo, comunicando a sua ausência à Sessão de hoje da Assembleia Municipal de Nisa;

- Ofício datado de 24 de Novembro de 2009, do Governo Civil do Distrito de Portalegre, enviando convite ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, para as comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência;

- Ofício Nº 13, datado de 25 de Outubro de 2009, da Assembleia Municipal de Portalegre, enviando moção aprovada, através da qual foi reconhecido, no dito órgão, o valor do Presidente do Conselho de Administração da ULSNA;

- Ofício Nº 4729, da 11 de Novembro de 2009, da CPCJNisa, dando conhecimento da nomeação dos representantes da Assembleia Municipal de Nisa junto deste serviço;

- E.mail do Dr. Mário Carlos de Oliveira Mendes, de Nisa, com data de 28 de Dezembro de 2009, a enviar documentação relativa a pedidos de esclarecimentos sobre diversos assuntos, que fez à Câmara Municipal de Nisa.

Informações dos Eleitos:

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, para cumprimento do disposto no artº 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, concedeu a palavra aos membros deste Órgão que, previamente, manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- A Eleita Teresa Almeida referiu-se à Ordem de Trabalhos desta Sessão, para dizer que os Pontos 7, 8 e 9 da mesma não deveriam ter sido agendados sem que antes tivessem merecido a aprovação por parte do executivo e quanto ao e.mail enviado aos eleitos a alertar para uma alteração à ordem de trabalhos, disse que as alterações só aqui, na assembleia, podem ser levadas a cabo.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa informou que tinha falado com a Presidente da Câmara sobre a elaboração da ordem de trabalhos e que a mesma lhe havia dito que os processos relativos aos antes mencionados iriam ser alvo de discussão na Reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2009. Quanto ao e.mail enviado, o mesmo não dizia que a Ordem de Trabalhos iria ser alterada, mas alertava os eleitos para uma possível e eventual alteração à mesma, o que é diferente, tendo em conta a evolução dos acontecimentos na reunião do executivo, em relação aos ditos pontos, pois sabe que, alterações, só se podem efectuar nos locais próprios e com a concordância da maioria dos membros presentes às reuniões.

- O Eleito Marco Moura usou da palavra para referir que as alterações às ordens de trabalho de qualquer reunião, só podem ser levadas a cabo nos locais próprios, neste caso aqui na Assembleia Municipal.

- O Eleito Francisco Toco e relativamente à Ordem de Trabalhos desta sessão, de que se tem vindo a falar, referiu que não via qualquer problema relativamente à comunicação que foi feita através de e.mail, uma vez que foi elaborada sob a responsabilidade do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que é quem tem poderes para tal. Seguidamente, solicitou autorização para a leitura de um documento por si elaborado, cujo conteúdo se transcreve:

“Nesta 1.ª Sessão Ordinária de trabalho da AM, saída das eleições de 11 de Outubro último, o PSD faz questão de trazer ao Órgão deliberativo e Fiscalizador da Câmara Municipal de Nisa, no período **“Antes da Ordem do Dia”** um documento escrito, em Português... Suave, para leitura, que de modo sumário aborda; **“A preparação das Listas para o acto eleitoral; Quanto à Campanha Eleitoral; O modo como decorreu o acto eleitoral de 11 de Outubro; Sobre a publicidade da tomada de Posse dos Eleitos; As formalidades da tomada de posse do Executivo e a instalação da Assembleia Municipal; E ainda quanto às instalações, ao pessoal e ao regimento desta Assembleia.**

Na verdade, o documento é escrito porque as palavras que efectivamente se querem pronunciar aqui, são estas, mesmo estas e não outras que poderiam acontecer, se a intervenção fosse oral.

Assim,

Da preparação das Listas para o acto eleitoral

Não fosse o caso de se ter constatado, que pessoas houve que não quiseram integrar as listas, in casu as do PSD, com medo de serem alvo de perseguições, no seu trabalho, por parte de alguns agentes do poder executivo da Autarquia, continuaria a desconhecer-se, que aqui em Nisa, no Século XXI, o 25 de Abril, parece não ter chegado cá, 35 anos depois, do nosso vizinho Capitão Salgueiro Maia, ter mandado o Marcelo Caetano, e tudo o que ele representava, às Malvas pró Brasil! E por falar de Marcelo Caetano, lembramo-nos de Salazar e, ambos trazem à **memória os presos políticos**, nomeadamente os deste Concelho, sendo que alguns eram presos e cumpriam pena, sem que alguma vez houvesse acusação formulada contra si, de terem cometido crime algum e, nesses e por todos, recordo Mário do Rosário Toco, in casu, meu Pai, que durante cinco longos meses, nesse já longínquo ano de 1944, do Século passado, naquela situação esteve detido em CAXIAS, em consequência dos acontecimentos conhecidos em Nisa como a **“Revolta do Pão”**. Mas, para além dos presos políticos recordamos também, aqui e agora, todos os **Emigrantes Nisenses**, que a partir do final dos anos 50 e durante a toda a década 60 e princípio dos anos 70, partiram para a França e outros Países, à procura de um mundo melhor, para além desta terra, que lhes foi madrasta e, a verdade bem amarga, é que todos os Executivos anteriores a este, que são fartos em festas e festinhas, excursões e excursõinzinhas e muitas, mas mesmo muitas mordomias, nunca se dignaram, até hoje, prestar-lhes a devida homenagem, através de monumentos próprios, feitos em pedra de Nisa, que não importada...! Para a história aqui fica a crítica. Continuemos,

Forças políticas houve que na elaboração das suas listas omitiram à população, descaradamente, com objectivos que só eles poderão explicar, a Entidade Patronal dos candidatos, a profissão que exerciam, talvez porque se o fizessem algumas listas mais pareceria que iriam concorrer à comissão de trabalhadores de um qualquer serviço da Administração Local. Já para não falar das notícias em jornais da Região atribuindo profissões que os candidatos não tem, nem legalmente poderiam ter e daqueles que dizem ter uma profissão que nunca na vida tiveram mas que sonham, vir a exercer um dia, sendo que é legítimo o sonho, não a mentira. Isto é faltar à verdade.

Quanto à Campanha Eleitoral

É nosso entendimento que decorreu com alguma normalidade, pese embora os actos de puro vandalismo, praticados, primeiro em cartazes do PSD, depois em cartazes do PS.

É certo que, publicamente, houve um comunicado de uma dita Comissão Coordenadora da CDU que referia que tais actos eram “...uma enorme falta de respeito ... pelos candidatos...”. Foram os únicos que se interessaram, publicamente, com tais actos, e isso deixou-nos ainda mais preocupados, em função do muito que se foi ouvindo ao longo da campanha.

Quanto ao modo como decorreu o acto eleitoral de 11 de Outubro.

Pelo que nos foi dado conhecer, entendemos que decorreu com pequenas anormalidades. Não podemos nem queremos deixar de referir, o que é do conhecimento de todos: a chapelada na Freguesia de Amieira do Tejo. A União Nacional ou a Acção Nacional Popular, *i.é*, quer no tempo de Salazar quer no tempo de Marcelo Caetano, não se faria melhor. É certo que a votação foi encerrada, mas décadas já passaram desde o 25 de Abril e o que se pode dizer é que..., não necessitavam de violar tanto o direito..., para ganhar eleições, *veja-se, o que em tais situações a Jurisprudência do Superior Tribunal Constitucional determina.*

Sobre a publicidade da tomada de Posse dos Eleitos.

A quem competia organizar a cerimónia quis, de modo subjectivo e, objectivamente, afastar da mesma a população do Concelho de Nisa. Porque se assim não fosse, desde logo a cerimónia teria decorrido em espaço mais amplo e mais nobre, do que esta assoalhada da Biblioteca Municipal. Mais, o Site da Autarquia deveria, imperiosamente, ter dado publicidade da mesma e não deu, quer antes, quer depois da posse, aliás dá muito pouca publicidade ou nenhuma, nomeadamente às Sessões desta Assembleia. De quem será a responsabilidade?

Na Quinta-Feira, dia 29 de Novembro, entre outras referências, o site publicitava o filme dos “**Sacanas sem Lei**”, mas sobre a cerimónia da tomada de posse dos eleitos nas autárquicas, era omissa, nada! Coisa que pouco interessava e não mereceu o relevo do site, contrariamente ao site do Partido Socialista, aqui representado, que publicitava as tomadas de posse de todo o Distrito, sendo que o do PSD, dias antes, deixara de existir. Mas, segundo informação que corria, de fácil constatação no local, não se publicitou à população mas houve tolerância de ponto, para que funcionários afluíssem à posse e... *batessem palmas!* É caso para dizer: há população de 1.^a e de 2.^a. A uns nem informação se dá, a outros dispensam-se de trabalhar. Não é de palmas nem bajulação que o Concelho de Nisa precisa. É de actos positivos com repercussão no seu futuro e esses, esperamos que este Executivo os pratique, já que os anteriores deixaram muito a desejar!

E no dia 31, publicitação da tomada de posse... nada. Mas no site, lá continuavam os “**Sacanas sem Lei**”, e só ao **sétimo** dia, Quinta-Feira seguinte é que o Administrador do site entendeu dar relevo ao acto de posse desta Assembleia Municipal. Daqui apelamos, a quem manda e gere o site, para que o mesmo se actualize “**em cima da hora**”, a bem da população do Município e daqueles que dele querem saber notícias, **exemplo, objectivo**, da sua **má gestão** é este: **no dia 2 de Dezembro ali se publicitava um torneio de snooker, de uma Associação local**, que se terá realizado entre 12 e 19 de Novembro e quinze dias

depois ainda lá continuava!? A quem interessa este tipo de informação? Mas como este existem muitos...

A tomada de posse do Executivo e a instalação da Assembleia Municipal.

Em consequência do que atrás se afirmou, o local escolhido, por quem detinha o poder de escolher e mandar, não foi o melhor, senão recorde-se o cenário: Os eleitos para a Câmara, na primeira fila da sala... todos juntinhos! Quanto aos Eleitos para a Assembleia Municipal, como se fossem filhos segundos da democracia, desde não terem lugar na própria assalhada/Auditório, a terem que ficar lá fora na rua... de tudo houve, e não foi decerto por estar tudo muito bem organizado. Diga-se ainda que o Governo actual, que não é exemplo para ninguém, na cerimónia da tomada de posse de 30 Secretários de Estado, demorou 30 minutos. Aqui, a tomada de posse de 15 Deputados Municipais, levou três horas e tal. Porquê? ***Em nosso entender, desde logo por falta de pessoal afecto a esta Assembleia, lacuna que urge resolver, nos termos imperativos da lei.***

Quanto a Organização ficamos falados e aqui fica a crítica, para, se possível, emenda no futuro. Mas, qual não foi o espanto da **Assembleia**, constatar que a eleita Vereadora Presidente da CDU, tomou posse, e de seguida a primeira eleita Vereadora pelo Partido Socialista negou tal posse, sem a formalidade de juramento. Eis senão quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cessante, comunica à Assembleia que: ***se estava a fazer como no último mandato, em que tal juramento não foi prestado!*** Ora, Porque tal juramento é fundamental e necessário para a legalidade da posse, as formalidades legais são para se cumprir, compreendeu-se naquele momento, e dizemos isto neste espaço e não antes porque é aqui que o queremos dizer, razões porque nos últimos cinco meses se praticaram habitual e regularmente, ***(com o objectivo de influenciar o resultado das eleições?)*** actos que poderiam ter sido praticados em anteriores ou posteriores exercícios e não foram, de que são exemplo:

- As diversas vezes que foi publicitada a abertura das Termas, sem que para tal houvesse por parte do Ministério da saúde o respectivo licenciamento, como era voz corrente;
- No custo e na oportunidade do momento da aquisição da obra dita "**Valquíria**";
- No alcatroamento em Setembro/Outubro de algumas ruas na Fonte da Pipa e na Cevadeira;
- No alcatroamento de alguns acessos e outros não, vá lá saber-se o porquê na zona do "**Depósito de água**";
- Na reclassificação, em cima do período eleitoral, que o despacho da actual Vereadora/Presidente faz questão de referir que não é obrigatória, de cerca de 90 funcionários da Autarquia;
- Nos concursos de pessoal, com actos praticados, nas antevésperas do acto eleitoral.

Assim, como tal juramento não foi efectuado, como devia e legalmente estavam obrigados os Edis, e porque existiu, no anterior mandato, uma maioria absoluta e ainda porque aqui foi dito pela Vereadora/Presidente, no passado dia 30 de Outubro, referindo-se ao mandato anterior que "**Na Câmara houve sempre rigor e transparência no que se refere à gestão da coisa pública**", daqui lhe lançamos um apelo: ***que proponha ao Executivo actual, que seja efectuada uma auditoria, pelas Entidades Públicas competentes, e não por gente***

contratada que diz o que quer que se diga e quando, **ao mandato que cessou no citado dia 30 de Outubro**, porque decerto toda a Vereação, o cumpriu com honra e lealdade, disso não duvidamos, mas porque no acto público já citado se afirmou, não ter sido praticada tal formalidade essencial e fundamental, este é, o comportamento a seguir para as presunções que poderão surgir por essa anormalidade formal e legal. E,

Diga-se aqui, para que conste, contrariamente ao que corre nos blogs, que ninguém faz sacrifícios, para vir servir Nisa, quando mensalmente se auferia +/-1.250,00 Euros de salário, e depois se passa a ganhar, mais do que o dobro, isto é uma média de 2.700,00 Euros Mensais!!!? Mas, aproveitamos para aqui afirmar que quem servir Nisa, e bem, terá o nosso apoio. Seja ou não nascido no Concelho.

Dito isto

Voltemos, à instalação da Assembleia.

Chamado, pelo Presidente da Assembleia cessante, o Deputado Municipal do Partido mais votado, o M. II. Catedrático Professor Engenheiro João Santana, este de seguida, chamou para completar a mesa, os cabeças de lista Professora Teresa de Almeida da CDU e do PSD porque, segundo ele, aqueles deveriam ser o 1.º e 2.º Secretários.

Por tal desejo do PS não ser possível de concretizar, passou-se de imediato à votação, para se decidir se a mesa era eleita por **listas** ou **uninomial**. Votação realizada, com alguma controvérsia, foi decidido, por maioria, que a mesa desta Assembleia, seria eleita através de **listas**.

De imediato o PS apresentou a lista A, a CDU apresentou a lista B e o PSD, não apresentou lista.

Numa mais que aparente confusão com: **quem apresentava qual lista**, tomamos a liberdade, repito LIBERDADE, ouçam que estamos a falar de liberdade, de com autorização do Sr. Presidente da Mesa, enunciar que **o PSD, não apresentava lista. A Lista A era do PS e a Lista B era a da CDU**. Que crime de liberdade deve ter cometido naquele momento, porque de imediato pela Sr.ª Deputada Municipal Cabeça de lista da CDU, cujo principal partido da coligação que representa, foi em tempo, disso não duvido, o maior defensor da liberdade de expressão, foi-me retirado o microfone e dito que não podia estar a fazer aquilo! Palavras para quê?

Mas a mesa lá foi eleita e, é importante dizê-lo aqui e agora, que foram vários os emissores que trouxeram, não a carta a Garcia, mas a mensagem de que o PSD, se devia abster de quem seria a Presidência da Assembleia Municipal, mas a todos dissemos: **A população do Concelho votou maioritariamente no PS, logo o PSD deve respeitar tal acto, tal como respeitaremos o voto para a Câmara.**

Ora se a população, quis maioritariamente o PS na presidência da Assembleia Municipal, não somos nós, que vamos dar azo a que em jogos de secretaria, **como ficou provado que os houve**, se ganhe aqui o que não se ganhou na votação.

Quanto às instalações, ao pessoal e ao regimento

A Sr.ª Vereadora Presidente tomou a liberdade de, no fim da cerimónia da instalação da Assembleia Municipal, dizer que estaríamos errados quanto às instalações da Assembleia. Mas aqui desta tribuna, a da Oposição, o Grupo Municipal do PSD, lhe diz:

A lei é clara, é a lei e não nós que dizemos que:

A assembleia municipal dispõe, sob orientação do respectivo presidente, de um núcleo de apoio próprio, composto por funcionários do município, nos termos definidos pela mesa, a afectar pelo presidente da câmara municipal.

A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação a disponibilizar pela câmara municipal.

Finalmente... Uma palavra final ao Executivo:

Eleições são eleições. Quem ganhou, independentemente dos modos como o fez, ganhou. Aqui da bancada do PSD, deixamos a seguinte mensagem: O que este Executivo, apresentar e fizer de positivo no mandato, segundo o nosso entendimento, independentemente da sua cor, terá o nosso apoio. Mas, de uma forma frontal também dizemos: Contem com o exercício dos poderes deliberativo e fiscalizador que a lei nos confere. Para tal é necessário que esta Assembleia assuma querer exercer o poder que a Lei lhe atribui. Desde logo é necessário que crie no seu âmbito COMISSÕES DE ASSEMBLEIA MUNICIPAIS, para fiscalizar: i.é, ***Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados,...e das empresas municipais; Acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas,... ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado; Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respectiva ordem do dia; Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento; Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da assembleia, quer da câmara municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei; Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;***

Os diferentes Executivos desta Autarquia, nomeadamente de há oito anos a esta parte tiveram sempre uma Assembleia Municipal, demasiado subserviente com quem detinha o poder e exemplo flagrante disso é o não juramento do compromisso de honra no acto da posse. Neste Mandato, estamos certos, este Executivo, terá uma Assembleia Municipal Fiscalizadora, que decerto tudo fará para exercer os poderes que por lei lhe estão conferidos.

Temos dito.”

A C T A Nº 8/2009

- A Eleita Florinda Fortunato solicitou esclarecimentos à Presidente da Câmara sobre as razões que levaram ao pedido de retirada da Ordem de Trabalhos desta Sessão dos Pontos N^{os} 7, 8 e 9.

- O Eleito Gilberto Manteiga referiu que o conteúdo da acta da reunião de câmara de 16 do corrente é claro, relativamente ao porquê da retirada da Ordem de Trabalhos desta Sessão, dos pontos que têm sido referidos. Concorde que os mesmos tivessem sido agendados, como o foram, pois os eleitos têm que saber, previamente, o que têm que analisar e, para tal, estar documentados atempadamente. Relativamente a uma notícia surgida, sobre uma situação passada com o Dr. Victor Camarneiro, perguntou se a ADN é um órgão público ou privado e se já há alguma coisa concreta sobre o assunto.

- O Eleito António Belo, Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão deu conhecimento de uma situação passada na sua freguesia, mais concretamente com uma eventual entrega do edifício escolar de Salavessa à Associação de Caçadores, perguntando qual a veracidade de tudo isto, uma vez que a Junta de Freguesia de Montalvão não sabe de nada. Sobre este imóvel, disse que funcionaram no mesmo, os serviços de apoio a uma montaria e que, na sequência, o edifício que foi arranjado há pouco tempo, ficou num estado lastimável, todo sujo.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa dirigiu-se ao Plenário para referir que tinha informações sobre o afastamento de algumas pessoas da Direcção da ETAPRONI e, a ser verdade, que gostaria de saber qual as razões que levaram a tal acto. Solicitou à Presidente da Câmara esclarecimentos sobre esta situação e propôs que a Assembleia Municipal de Nisa votasse, já hoje, a constituição de uma comissão para analisar a situação que referiu.

- O Eleito José Manuel Basso dirigiu-se ao Plenário para dizer que, o espírito com que esteve na Assembleia Municipal de Nisa em 1977, é o mesmo que tem hoje e que, para si e no plano institucional, todos os membros deste órgão são iguais. Como esta é a primeira sessão a que assiste, aproveita a oportunidade para transmitir o seu sentimento de desgosto devido ao facto de, logo na primeira reunião, não ter havido consenso e unanimidade na eleição do presidente da mesa desta assembleia. Esclareceu os presentes que o Partido Socialista irá desenvolver um mandato com toda a dignidade. Achou pouco razoável a falta de consensualidade nas eleições verificadas para os membros das comissões municipais e demais representações da Assembleia Municipal de Nisa, uma vez que, em seu entender, são estruturas que merecem toda a consideração e que deverão, por isto, ser tratadas com dignidade. Disse que, relativamente à comissão para que foi eleito e se se verificar o que se tem visto nos últimos anos, em que a mesma se tem revelado pouco ou nada interventiva, prefere não continuar. Sobre a situação da ETAPRONI, já hoje aqui referida, disse que concordava com o que tinha sido proposto pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para a criação de uma comissão que analise o que se passou, a qual pensa que deverá ser constituída por eleitos representantes de todas as forças políticas com assento neste plenário e que o assunto deverá ser tratado, o mais tardar, até à Sessão Ordinária de Abril de 2010.

- A Presidente da Câmara Municipal de Nisa e relativamente aos Pontos N^{os} 7, 8 e 9, já hoje aqui amplamente referidos, acha que o agendamento dos mesmos poderá ter sido algo precipitado, apesar da lei permitir esta situação, a qual teve a ver, sobretudo, com o facto de ter sido ano de eleições autárquicas, o que permite que tais documentos possam ser aprovados até mais tarde. A documentação estava toda preparada e pronta a ser disponibilizada aos eleitos dentro dos prazos legais, como aliás sempre acontece, mas surgiram dúvidas em reunião de câmara sobre o mapa de pessoal, o que fez com que tudo tivesse que ser alterado. Esta situação aconteceu porque se partiu do princípio que todos os

A C T A Nº 8/2009

documentos iriam ser aprovados na reunião de câmara de 16 do corrente, o que não se verificou. Quanto ao edifício escolar de Salavessa, informou da existência de um acordo com a anterior Junta de Freguesia de Montalvão para a manutenção do imóvel e esclareceu que o mesmo não está, nem nunca esteve, cedido à Associação de Caçadores e que o que lá se passou recentemente, foi pontual e teve a ver com o apoio a uma montaria e disse que desconhece quem facultou a chave do edifício à referida associação mas que irá indagar esta situação. Relativamente ao que foi hoje aqui perguntado pelo Eleito Gilberto manteiga, sobre a ADN e o Dr. Victor Camarneiro, referiu que não existe qualquer suspeição por parte da Câmara sobre a pessoa em questão, referindo que não reconhece a membros desta Assembleia Municipal que foram acusados noutros processos, capacidade para julgar de forma negativa quem ainda o não foi. Fez um historial da criação da ADN e da assimilação da ETAPRONI por parte desta associação e da transferência das verbas para a mesma, referindo que, relativamente ao exercício de 2008, não se conseguiu apurar o passivo do valor de 300.000,00€ e que, em termos de contas, não há nada a esconder e quem tem legitimidade para solicitar seja o que for sobre a gestão da ADN, são os associados, esclarecendo que, neste momento, é Presidente da Direcção da associação porque, na altura, foi entendido que deveria ser a presidente da câmara a assumir tal cargo. Informou os presentes que o Dr. Victor Camarneiro, na sequência das notícias vindas a público colocou, de imediato, o seu lugar à disposição e que a direcção não aceitou o seu pedido de demissão. Sobre o documento hoje lido nesta reunião pelo Eleito Francisco Toco, disse que fazia questão de ter um exemplar do mesmo para o poder analisar em profundidade.

- O Eleito Francisco Toco referiu-se ao documento que leu, dizendo que o que afirmou aqui hoje são questões de ordem política e não outras e, dirigindo-se à Presidente da Câmara, que tinha saído da sala, disse que a mesma não fuja e que deve ouvir o que os eleitos lhe têm para dizer, esclarecendo que não tem medo das suas ameaças jurídicas.

- A Eleita Teresa Miranda disse que a ADIP terá, eventualmente e pelo que soube, ficado a dever salários a professores do Colégio de Santo António, de Portalegre e se a câmara diz que procedeu a transferências de verbas, não sabe qual a razão porque estas lá não chegaram. Sobre as Termas da Fadagosa, referiu que pensa que deverão ser uma obra de sucesso para o futuro mas, actualmente, o complexo até foi aberto sem se terem efectuado os testes clínicos exigidos.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou aos eleitos que gostaria de ouvir as suas opiniões sobre a constituição da comissão para averiguar o que se passou com a ADIP, proposta pelo Eleito José Manuel Basso.

- O Eleito José Manuel Basso disse que é à Assembleia Municipal que cabe fiscalizar a Câmara e as estruturas que lhe estão adjacentes. Referiu que não ficava amedrontado com os devaneios de ordem jurídica mencionados pela presidente da câmara, achando que já houve tempo mais que suficiente para se resolverem todos os assuntos que estão pendentes e disse que não admitia que estivesse aqui alguém a discutir o que irá ser Nisa no século XXI e não o que se passou nos anos 80 ou 90 do século XX.

- O Eleito Francisco Toco informou que a bancada do PSD concordava com a proposta apresentada pelo Eleito José Manuel Basso, relativamente à constituição da comissão, uma vez que toda a gente deverá ter interesse em que toda a verdade seja conhecida, inclusivé a presidente da câmara.

- A Eleita Teresa Almeida é de opinião que não compete à Assembleia Municipal fiscalizar uma associação. O que poderá fazer e para isto tem toda a legitimidade, é indagar sobre as verbas que lhe foram atribuídas.

- O Eleito Joaquim Rodrigues acha que os actos têm que ser devidamente averiguados. Referiu, ainda, que a Assembleia Municipal não tem qualquer competência

A C T A Nº 8/2009

para averiguar questões de carácter pedagógico, relacionadas com docentes, uma vez que é à tutela que compete tal procedimento.

- A Presidente da Câmara Municipal de Nisa respondeu a algumas questões aqui colocadas, informando que as câmaras municipais de hoje me dia já não funcionam como acontecia nos anos 80 ou 90 do século XX. Sobre as questões financeiras, informou que as transferências de verbas são efectuadas de acordo com o determinado no POCAL (que não existia naquela época) e alvo de prévia deliberação por parte do executivo, que foi o que sucedeu. Esclareceu que não há quaisquer fugas de dinheiros e que o que foi transferido foi o que a câmara aprovou em suas reuniões.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa referiu que ouviu tudo o que foi dito mas, no final, acabou por não ficar devidamente esclarecido, referindo que, o que quer saber, é porque houve pessoas afastadas compulsivamente e se assistiu a “um cavalgar” da ADD para a direcção da ETAPRONI.

- O Eleito Gilberto Manteiga disse que foi apresentada uma proposta para a criação de uma comissão e, a ser assim, que se faça um pequeno intervalo para a sua análise e resolução.

- A Eleita Teresa Miranda referiu que o Eng^o Manuel Videira Belo foi, em tempos, integrante dos corpos gerentes da ADN, não sabendo se, actualmente, ainda o é ou não.

- A Presidente da Câmara respondeu à Eleita Teresa Miranda e esclareceu o plenário que o Eng^o Manuel Videira Belo já apresentou a sua demissão como membro da direcção da ADN.

- O Eleito Joaquim Rodrigues e relativamente ao que aqui foi dito, esclareceu que basta consultar as actas da Assembleia Municipal, pois tudo aqui foi discutido, deliberado e está registado.

Nos termos do que foi proposto nesta Sessão, o Plenário aprovou, por maioria, com 14 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções, a constituição de uma comissão destinada ao estudo e análise da problemática relacionada com a transição da ETAPRONI-Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Nisa, para a ADN-Associação de Desenvolvimento de Nisa, a qual será composta pelos Eleitos José Manuel Basso, Joaquim Marques Rodrigues e Teresa Botelho de Miranda, que foi designada como responsável pela mesma, em representação, respectivamente, das bancadas do PS, CDU e PPD/PSD.

O Eleito Joaquim Rodrigues referiu que era contra a constituição da supra referida comissão, por achar a mesma inoportuna.

A Eleita Florinda Fortunato, relativamente à sua abstenção, apresentou a seguinte declaração de voto:

“Apresento duas razões para justificar a minha abstenção:

1^o - A proposta não seguiu os trâmites legais, ou seja, devia primeiro ser questionada a assembleia sobre a inclusão da proposta e tal não aconteceu, pois foi directamente proposta à votação;

2^o - Porque, não impugnando o sentido da proposta de aferir fundos públicos, desconheço os objectivos da comissão, pois não foram abertamente apresentados.”

Ponto Nº 2 – Informação sobre a actividade municipal e situação financeira.

Relativamente ao assunto acima referido, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou se havia eleitos que quisessem usar da palavra, tendo manifestado interesse em tal, os eleitos Teresa Almeida, Francisco Toco, Gilberto Manteiga, Florinda Fortunato, Rogério Dias, Joaquim Rodrigues e Teresa Miranda.

- A Presidente da Câmara procedeu à apresentação da informação sobre a actividade municipal e a situação financeira do Município de Nisa, para cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do art^o 53^o da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e prestou alguns

A C T A Nº 8/2009

esclarecimentos sobre o SIG-Sistema de Informação para a Gestão, que é o programa que rege este assunto e que está na base da elaboração das informações.

- O Eleito Francisco Toco referiu que a lei em vigor refere que a informação à Assembleia Municipal deve ser apresentada por escrito, de modo sucinto e sintético, de forma que o Plenário possa ficar devidamente esclarecido. Sobre o documento que foi disponibilizado, pensa que existe uma amálgama de informações, verificando-se, também, a ausência de um documento escrito pela Presidente da Câmara relativo à actividade municipal.

- O Eleito Gilberto Manteiga acha que este documento está bastante completo e referiu que não concordava com algumas posições assumidas pelo Eleito Francisco Toco, referindo que ele próprio e em tempos, já havia feito algumas críticas sobre a informação disponibilizada, nomeadamente sobre a TERNISA que, hoje em dia já melhorou um pouco mas que continua a ser muito vago e passível de ser “manuseado”, esclarecendo que, enquanto aqui estiver, tudo fará para que o que diga respeito a esta empresa, seja claro, objectivo e esclarecedor.

- O Eleito José Basso disse que não vem no documento mas acha muito importante que se refira que no concurso de fornecimento de alguns equipamentos para o Complexo Termal da Fadagosa, houve uma empresa que foi excluída, que recorreu para tribunal e que ganhou a acção, perguntando se já há, por parte da câmara, alguma decisão recente e definitiva sobre este assunto. Propõe que a Câmara Municipal de Nisa dialogue com a empresa visada, de forma a resolver o problema a contendo de todos e para o bom nome deste município. Perguntou, também, se havia alguma decisão recente sobre o processo de aquisição de alguns terrenos para o complexo.

- A Presidente da Câmara informou que, relativamente às duas questões colocadas pelo Eleito José Manuel Basso, as informações estavam transcritas na parte que diz respeito ao Gabinete Jurídico. Esclareceu, no entanto, que houve uma providência cautelar apresentada pela empresa “IBEROTERMAS”, sendo que, no final, o Tribunal de Contas acabou por dar a razão à Câmara Municipal de Nisa. Sobre os terrenos das Termas, confirmou que houve sérios problemas com os mesmos mas que, como é do conhecimento geral, não foi nenhuma câmara presidida por si que os negociou, referindo que a situação não foi, na altura, devidamente acautelada, houve muita negociação só de boca que veio a originar a maior parte dos problemas com que estes últimos executivos se vieram a debater.

- A Eleita Teresa Almeida disse que se estava a discutir o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos e não outras coisas.

- O Eleito Francisco Toco e relativamente ao concurso de fornecimento de materiais para o complexo termal, perguntou qual tinha sido a condenação para a autarquia e se a empresa lesada tinha pedido algo em troca.

- A Presidente da Câmara e relativamente às questões colocadas pelo Eleito Francisco Toco, esclareceu o plenário que a condenação tinha sido a anulação do concurso, embora o Tribunal de Contas tenha dado a razão á Câmara, por ter entendido que o mesmo concurso se encontrava devidamente instruído e se tinha procedido com todos os trâmites legais.

Ponto Nº 3 - SAA - Deliberação Nº 67/2009

Regimento da Assembleia Municipal de Nisa – Alterações.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, solicitaram o uso da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os Eleitos Francisco Toco, Teresa Almeida, Florinda Fortunato, Jorge Graça e, ainda, a Presidente da Câmara Municipal.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que, relativamente ao assunto referido em epígrafe e na sequência do que foi decidido na última sessão, ainda

ACTA Nº 8/2009

nada foi feito, começando logo pelo facto de, como foi solicitado, a câmara não ter, ainda, disponibilizado instalações condignas para que os integrantes da comissão eleita para o efeito, pudesse reunir e trabalhar, sugerindo que se reúnam, por exemplo no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma vez que há que viver com o que temos. Solicitou ao Eleito Francisco Toco que participe nas reuniões de trabalho.

- O Eleito Francisco Toco referiu que, quando falou em instalações condignas, o fez como uma chamada de atenção, referindo que acabou por reunir com o Eleito Jorge Graça, mas à mesa do café e de forma informal.

- A Eleita Teresa Almeida disse que tinha sido constituída uma comissão para alteração do Regimento desta Assembleia mas que, a partir daquele momento, não se soube mais nada, referindo-se, ainda, a uma reunião de trabalho que foi convocada e que acabou por não se realizar, solicitando informações sobre o porquê de tal situação.

- A Eleita Florinda Fortunato, indigitada para fazer parte da comissão, disse que tinha a sensação de haver aqui duas comissões, referindo-se ao que o Eleito Francisco Toco havia dito sobre a realização de uma reunião com o Eleito Jorge Graça à mesa do café, dizendo que hoje e por volta das 15h00, tinha reunido aqui com o referido eleito Jorge Graça. Acha que as alterações a levar a cabo até nem são assim tantas, nem que suscitem demasiada polémica e se a Presidente da Câmara já pôs instalações à disposição da comissão, então que se avance, solicitando ao Presidente da Mesa da Assembleia que determine uma “meta” para a apresentação das conclusões.

- O Eleito Jorge Graça referiu que não há aqui duas comissões, informando que no dia em que reuniu com o Eleito Francisco Toco, de que resultou uma conversa informal onde nada foi decidido, já tinha contactado com a Eleita Florinda Fortunato.

- A Presidente da Câmara referiu que tinha recebido o e.mail do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a solicitar apoio pessoal e instalações para poderem reunir e trabalhar e que as situações ficaram logo resolvidas.

Após as informações atrás descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à votação uma proposta verbal por si apresentada, para a retirada da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, do assunto em análise, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ponto Nº 4 - SAA - Deliberação nº 68/2009

Acta Nº 6/2009, da Sessão Ordinária de Setembro de 2009, da Assembleia Municipal de Nisa.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação do Plenário, a Acta Nº 6/2009, referente á Sessão Ordinária de Setembro de 2009, da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de Setembro de 2009, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e seis abstenções, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como forma de cumprimento do disposto no nº 2 do artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que foi distribuída, previamente, uma cópia do respectivo texto por todos os eleitos.

Ponto Nº 5 – SAA - Deliberação Nº 69/2009

Acta da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Nisa, do mandato de 2009/2013.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação do Plenário, a Acta da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal de Nisa, do mandato de 2009/2013, realizada no dia 30 de Outubro de 2009, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como forma de cumprimento do disposto no nº

ACTA Nº 8/2009

2 do artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que foi distribuída, previamente, uma cópia do respectivo texto por todos os eleitos.

O Eleito Francisco Toco solicitou que neste mesma acta ficasse registada, com a sua inclusão, da discussão havida para a decisão sobre a forma de votação dos membros da Mesa da Assembleia Municipal, se por listas ou de forma nominal e de como veio, depois, a verificar-se a mesma votação.

Ponto Nº 6 – SAA - Deliberação Nº 70/2009

Acta Nº 7/2009, da Sessão Extraordinária de 27 de Novembro de 2009, da Assembleia Municipal de Nisa.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação do Plenário, a Acta Nº 7/2009, referente a uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de Novembro de 2009, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como forma de cumprimento do disposto no nº 2 do artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que foi distribuída, previamente, uma cópia do respectivo texto por todos os eleitos.

O Eleito Francisco Toco solicitou que fossem efectuadas as seguintes alterações à presente acta, as quais serão tidas em conta no respectivo original:

- Relativamente ao Ponto sobre às alterações ao Regimento,

. A retirada do parágrafo “O representante de cada bancada, fez um resumo dos artigos que cada um pretende ver alterados”;

. Alterar o último parágrafo, que passará a ter a seguinte redacção: “Após as intervenções atrás referidas, o Plenário decidiu, por unanimidade, manter em vigor o actual regimento, até à sua revisão, a qual irá ter em conta as sugestões e propostas apresentadas pela comissão constituída para o efeito”.

Depois da análise e aprovação do presente ponto, o Eleito Artur da Rosa Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arez, solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia para se ausentar dos trabalhos, a qual lhe foi concedida, tendo saído da sala às 19H10.

Ponto Nº 7 – DRHA - Deliberação Nº 71/2009

Mapa de Pessoal para o Município de Nisa para o Ano de 2010.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, relativamente a este assunto e antes de propor a sua retirada da Ordem de Trabalhos deste reunião, acha que seria de bom-tom poder ouvir os Vereadores, saber quais os seus pontos de vista em relação ao processo e o porquê da dificuldade entretanto surgidas na aprovação do processo em causa, tendo tal sugestão sido aceite unanimemente.

- A Vereadora Idalina Trindade explicou quais os pontos de vista dos Vereadores do Partido Socialista em não quererem aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Nisa para o Ano de 2010, tal como é apresentado pelos serviços municipais e proposto pela Presidente da Câmara, referindo que se trata de matéria altamente importante para a vida deste município, que carece de uma análise muito mais aprofundada daquele que já foi alvo, uma vez que, face às dificuldades económicas que o Município de Nisa apresenta e ao facto da maior fatia da despesa dizer respeito aos encargos com o pessoal, tal documento terá que ser muito bem estudado, para que não se chegue a uma situação de ruptura financeira. Procedeu, depois, à enumeração dos casos relativos a progressão, contratação e mobilização de pessoal, nomeadamente os concursos para a passagem de trabalhadores a tempo indeterminado, os quais, lhe parece, que a maior parte são de trabalhadores que integraram as listas da CDU nas últimas eleições autárquicas, referindo que nada tem contra seja quem for, só quer é que haja justiça e contenção.

A C T A Nº 8/2009

- A Vereadora Fernanda Policarpo também usou da palavra, referindo que concordava com o que tinha sido apresentado pela Vereadora Idalina e fez uma apresentação do estado actual da capacidade financeira da Câmara Municipal de Nisa, a qual, segundo a documentação que é disponibilizada aos vereadores, apresenta um aspecto deveras preocupante, salientando, também, o facto de serem as despesas com o pessoal, as que têm um maior em toda a estrutura.

- O Vereador Francisco Cardoso referiu-se a este assunto, salientando o facto de, tanto os vereadores da oposição, como a direcção da Câmara Municipal de Nisa, terem concordado que este assunto era matéria difícil e que carecia de análise mais profunda e atenta, de modo a merecer a concordância de todos, para o bem-estar do concelho de Nisa. Salientou o facto de os custos com pessoal, na Câmara Municipal de Nisa representarem mais de 60% da despesa corrente, contrariamente ao que acontece com as outras câmaras do Distrito de Portalegre, algumas de dimensão muito superior à nossa. Relativamente às Grandes Opções do Plano, acha que as posições tomadas não foram as mais correctas, salientando o facto de, no Município de Nisa estar-se, ainda e por exemplo, a falar-se de saneamento, quando já se deveria estar a pensar no desenvolvimento do nosso concelho.

- O Vereador Manuel Bichardo acha que todos os eleitos deveriam fazer o seu trabalho com antecedência, para que, ao chegar-se a uma reunião, se tentasse resolver os assuntos da melhor forma possível.

- A Presidente da Câmara lembra que a Lei das Finanças Locais, entre outras coisas, não permite aumentos com pessoal de um ano para o outro e que o Mapa relativo a 2010, reflecte o que foi decidido unanimemente em 2008 pelo Executivo Camarário, em Reunião de Câmara e por uma larga maioria em sede de Assembleia Municipal. Relativamente ao que foi já aqui referido hoje sobre integrantes das listas da CDU às eleições autárquicas, lembra que estamos a falar em lugares e não em pessoas, uma vez que os concursos serão abertos e não se sabe nem se pode dizer que é este ou aquele que vai entrar.

Durante a análise do presente ponto, a Eleita Florinda Fortunato, solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia para se ausentar dos trabalhos, a qual lhe foi concedida, tendo saído da sala às 19H50.

Depois das intervenções anteriormente descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação a retirada deste processo da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, uma vez que o processo, depois de analisado e discutido em Reunião Ordinária do Executivo, realizada no dia 16 de Dezembro de 2009 foi, também, retirado da respectiva ordem de trabalhos, não tendo sido, por conseguinte, alvo de deliberação no referido órgão.

Ponto Nº 8 – DF - Deliberação Nº 72/2009

Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2010.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa apresentou uma proposta verbal no sentido que este processo seja retirado da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual foi aceite por unanimidade, uma vez que o mesmo, depois de analisado e discutido em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de Dezembro de 2009, foi retirado da respectiva ordem de trabalhos, não tendo sido, por conseguinte, alvo de deliberação do referido órgão.

Ponto Nº 9 - DF - Deliberação Nº 73/2009

Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2010.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa apresentou uma proposta verbal no sentido que este processo seja retirado da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual foi aceite por unanimidade, uma vez que o mesmo, depois de analisado e discutido em Reunião Ordinária

da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de Dezembro de 2009, foi retirado da respectiva ordem de trabalhos, não tendo sido, por conseguinte, alvo de deliberação do referido órgão.

Ponto Nº 10 - DF - Deliberação Nº 74/2009

Contração de empréstimo de curto prazo para o ano de 2010.

Relativamente a este assunto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou se havia quem quisessem usar da palavra, tendo manifestado interesse em tal, os eleitos Francisco Toco, Gilberto Manteiga, Teresa Miranda, José Basso e Carlos Ribeirinho, que fizeram as intervenções a seguir descritas, sendo que, por parte da Câmara Municipal, interveio a sua presidente.

O Eleito Armando Luís, chegou a esta reunião às 20H50, durante a análise do presente ponto, tendo sido autorizado, pelo Presidente da Mesa da Assembleia, a integrar-se nos trabalhos da sessão, embora este o tivesse alertado para o facto de que não voltaria a permitir a integração de nenhum eleito nos trabalhos quando se apresentasse já no final da reunião.

- A Presidente da Câmara, depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e de posse da documentação de suporte, passou a apresentar o processo em análise, referindo que este é um processo usual em todas as câmaras e que se destina a fazer face as dificuldades de tesouraria, sendo que este tipo de empréstimo é sempre amortizado no final de cada ano, uma vez que, por ser de curto prazo, não pode transitar, nos termos da lei, para o ano seguinte.

- O Eleito Francisco Toco e relativamente à informação sobre a situação financeira da autarquia, que não aparece, perguntou qual a percentagem do endividamento actual do Município de Nisa, sendo que a Presidente da Câmara, passado algum tempo a fazer contas e depois de ter consultado os funcionários municipais presentes, disse que era de 98%.

- A Presidente da Câmara referiu, mais uma vez, que este é um empréstimo de curto prazo, para fazer face a dificuldades de tesouraria para pagamentos relacionados com obras candidatas cujas verbas ainda não chegaram e cujos processos de candidatura terão que ser pagos antes de serem recebidos, sendo que o mesmo tem que ser pago no prazo de um ano e na sua totalidade.

- O Eleito Gilberto Manteiga perguntou se este empréstimo iria custar mais do que aquilo que o município terá que receber, pois tratando-se de um empréstimo, há pagamentos adjacentes ao mesmo e todos sabem que “dinheiro custa dinheiro”.

- A Presidente da Câmara esclareceu que só se pagam juros quando se utiliza o empréstimo e, para não se estar a pagar muito, a câmara vai amortizando o que pediu emprestado sempre que lhe seja possível.

- A Eleita Teresa Miranda perguntou se este empréstimo servia para pagar dívidas a terceiros, nomeadamente aos pequenos fornecedores.

- O Eleito José Basso referiu que a Câmara de Nisa deve dinheiro a algumas I.P.S.S.'s, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, desejando, muito sinceramente, que o espírito do empréstimo que se está a discutir sirva para poder “limpar” algumas destas dívidas.

- A Presidente da Câmara e na sequência do que foi dito pelo Eleito José Basso, lembrou que a Câmara Municipal de Nisa paga, na integra, o funcionamento da creche de Alpalhão e paga ao pessoal a ela afecto, através da transferência de verbas para a respectiva Santa Casa da Misericórdia, uma vez que ainda não foi assinado o protocolo entre ela e a Segurança Social.

- O Eleito Carlos Ribeirinho disse que ao Sport Nisa e Benfica se deve muito mais dos que os 500,00€ que são mencionados.

ACTA Nº 8/2009

- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio para referir que o que se tem passado com os pagamentos de deslocações e senhas de presença aos eleitos deste órgão, não se poderá repetir, pois é uma situação que não tem qualquer tipo de cabimento.

Depois das intervenções antes descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, de posse da documentação de suporte ao processo em análise, a qual foi previamente remetida a todos os eleitos deste órgão, nomeadamente a Informação/Proposta Nº 40/09, datada do dia 14 de Dezembro de 2009, da Divisão Financeira, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação deste órgão a “Contracção de empréstimo de curto prazo para o ano de 2010”, dando-se, para o efeito e conforme o aprovado em Reunião do Executivo, preferência a uma proposta apresentada pelo Banco Santander Totta, que propõe um spread de 0,75%, com taxas de juro Euribor a 3 meses e pagamentos mensais, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 13 abstenções.

A bancada do Partido Social-Democrata apresentou a seguinte declaração de voto, para justificar a sua abstenção:

“Considerando que a Senhora Vereadora/Presidente, não apresentou a informação escrita da situação financeira do Município, o PSD absteve-se, para não impossibilitar a aprovação do empréstimo, já que a Autarquia necessita de efectuar pagamentos a quem deve, nomeadamente aos Comerciantes do Concelho”.

Ponto Nº 11 - Intervenção de Municípes

Por se tratar de uma reunião pública e para cumprimento do disposto no nº 6 do artº 84º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o presidente da mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou se alguns dos municípes presentes na sala estaria interessado em usar da palavra, sendo que se inscreveram para tal:

- O Dr. Mário Oliveira Mendes, de Nisa, apresentou um documento por si elaborado e que vai ficar arquivado em pasta anexa à presente Acta, relativo a diversas questões que colocou à Câmara Municipal e sobre o qual não obteve qualquer resposta até hoje. Era sua intenção proceder, aqui e hoje, à leitura do dito documento, mas o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não o autorizou a tal, uma vez que do mesmo já tinha enviado, previamente, uma cópia a cada um dos eleitos deste órgão. Não concordando com esta tomada de atitude por parte do Presidente da Mesa, o Dr. Mário Mendes retirou-se da sala, visivelmente agastado, chamando de mentirosa à Presidente da Câmara e referindo que era a última vez que aqui vinha.

- A Presidente da Câmara solicitou o uso da palavra e disse que não admitia que lhe chamassem mentirosa nem que a sua vida privada fosse para aqui chamada, solicitando ao Presidente da Mesa que não permitisse tal tipo de atitudes.

- O Sr. João Francisco Lopes, de Nisa, disse que na última reunião desta Assembleia Municipal tinha vindo cá para informar e dar conhecimento de alguns assuntos, nomeadamente da existência de diversas peças arqueológicas e não para apelar coisa alguma. Referiu-se, depois à Igreja de Stª Luzia que existia no antigo caminho para Montalvão, que foi demolida e parte das suas estruturas integradas numa propriedade privada. Disse que foi apresentada uma proposta para arranjo de um espaço frente à Fonte do Frade, em Nisa, que foi aprovado em reunião da Junta de Freguesia de então e que nunca mais se fez nada nem foi dada qualquer explicação aos autores da proposta.

- O Sr. João Rovisco Ventura, de Nisa, disse que as câmaras e as assembleias municipais são eleitas para prestar actos de cidadania, alertando para algumas questões que colocou numa recente reunião do executivo e que ainda nada foi feito. Acha que as terras mais pequenas estão votadas ao abandono e lança um apelo aos presidentes das juntas para que se batam de modo a evitar tal situação.

A C T A Nº 8/2009

O Eleito José Manuel Basso sugere a esta Assembleia que, na próxima sessão, se arranje um período de tempo, que pode ser de cerca de meia hora, para que os eleitos possam debater as questões apresentadas pelos munícipes.

O Vereador Manuel Bichardo referiu que o Sr. João Francisco Lopes deveria ter dito que, entretanto, tinha falado com ele, a fim de marcarem uma reunião sobre os assuntos que o mesmo referiu, nomeadamente as peças arqueológicas.

A Presidente da Câmara e sobre o que disse o Sr. João Francisco Lopes, referiu que, se o mesmo aqui esteve durante cerca de 22 anos, como afirmou, qual foi a razão porque não conseguiu levar por diante as propostas que apresentou e que explique a esta Assembleia Municipal porque não o fez.

Ponto Nº 12 – SAA – Deliberação Nº 75/2010

Justificação de faltas de eleitos a sessões da Assembleia Municipal de Nisa.

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, a Assembleia Municipal de Nisa deliberou, por unanimidade, proceder à justificação das faltas dadas pelos Eleitos a seguir indicados, às Sessões deste Órgão que se indicam e pelos motivos que se referem:

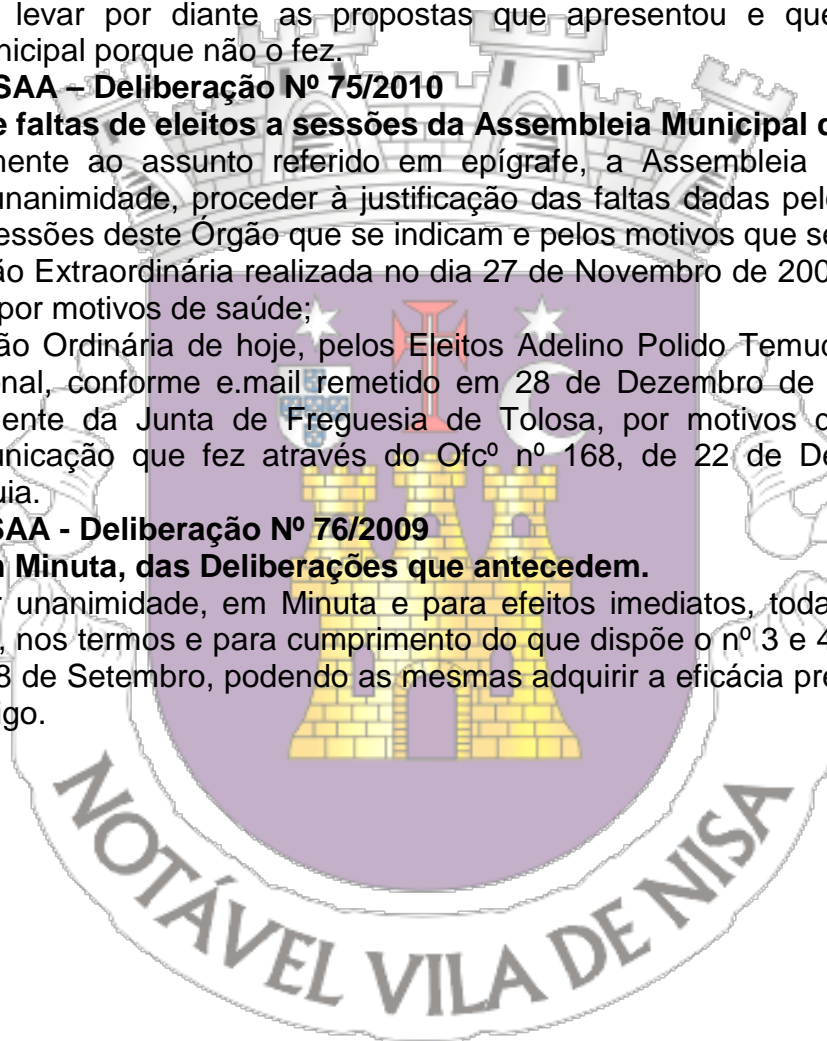
- À Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2009, pelo Eleito José Manuel Basso, por motivos de saúde;

- À Sessão Ordinária de hoje, pelos Eleitos Adelino Polido Temudo, por motivos de ordem profissional, conforme e.mail remetido em 28 de Dezembro de 2009 e José Júlio Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, por motivos de ordem pessoal, conforme comunicação que fez através do Ofcº nº 168, de 22 de Dezembro de 2009, daquela autarquia.

Ponto Nº 13 - SAA - Deliberação Nº 76/2009

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.



A C T A Nº 8/2009

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Nisa, foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram vinte e uma horas e dez minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por 18 folhas, todas numeradas e devidamente rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. João José Esteves Santana e por mim, António Maria Curado Carrasco, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa e responsável pela Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



MUNICÍPIO DE NISA - ASSEMBLEIA MUNICIPAL Acta presente em Sessão, realizada no dia/...../..... e aprovada por, conforme Deliberação Nº/..... - Favor: votos - Abstenção: votos - Contra: votos
--